

ATA DE REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE DE ARARAQUARA.

10 de novembro de 2020

Considerando as medidas de segurança adotada na época de Pandemia do COVID 19; considerando as diretrizes do Decreto nº 12.230, de 17 de março de 2020 que define a suspensão das atividades da Casa dos Conselhos Municipais e determina que fica a critério dos Conselhos a opção de realizar suas reuniões de forma remota em caráter estritamente necessário utilizando aplicativos de fácil acesso aos Conselheiros; o COMCRIAR – Conselho Municipal dos Direitos da criança e do Adolescente de Araraquara convocou para Reunião ordinária a ser realizada no dia 10 de novembro de 2020, as 19:00 horas, por vídeo conferência Google Meet, com a seguinte pauta: Saldo do FMDCA, aprovação de atas anteriores; deliberação repasse da OSC Rita Maria de Jesus; protocolo Municipal referente a Violência; deliberação de três conselheiros para integrar à Comissão de Monitoramento; deliberação de representação contra conselheiros tutelares; Comissão de Registro e Renovação; deliberação de entidade para captação de IR 2020 e ampliação a destinação ao Conselho; palavra livre.

Aos dez dias do mês de novembro, no ano de dois mil e vinte, realizou-se reunião ordinária do Conselho Municipal da Criança e do Adolescente de Araraquara – COMCRIAR. O Presidente Alexandre Machado abriu a reunião agradecendo a participação de todos e apresentou o saldo atualizado do Fundo Municipal da Criança e do Adolescente no valor de R\$ 1.211.192,97 (Um milhão, duzentos e onze mil, cento e noventa e dois Reais, noventa e sete centavos) e passou para aprovação das atas dos meses de abril e março do ano de 2020, os quais foram disponibilizadas no site do COMCRIAR para consulta anterior à reunião. Consultando a plenária, as referidas atas foram aprovadas sem ressalvas. Na sequência, o presidente informou que na Lei Municipal 10.076 de 04 de novembro de 2020 que dispõe sobre a concessão de subvenções sociais em parceria com as OSCs, houve um equívoco que precisa ser reparado: onde consta Centro Assistencial Baturá, CNPJ 45.267.416/0002-90 com destinação de R\$ 10.144,50, deve ser substituído pelo Lar Escola Rita Maria de Jesus, CNPJ 31.404.309/0001-70, com o mesmo valor na publicação da Lei. O Presidente justificou a alteração na razão social, regularizada há mais de um ano e, portanto, com direitos preservados sobre os recursos captados e deliberados pelo CMDCA. A substituição foi aprovada por unanimidade pelos conselheiros. O Presidente passou a palavra para Celina Garrido que apresentou o novo protocolo municipal sobre “violência” – Sistema de Registro de Violência. Após os esclarecimentos cabíveis, o Presidente informou que foi requisitado a indicação de três Conselheiros para compor a Comissão de Monitoramento dos projetos executados pelas entidades em parceria com a Prefeitura Municipal que, após as manifestações pertinentes, ficou assim definido: Alexandre Machado, Daiane Cristina Onofre Domingues e Walkiria Maria do Amaral. A seguir, o Presidente passou a palavra para o Conselheiro Luciano Pizzone, membro da Comissão de Registro e Renovação que, por sua vez, apresentou o parecer favorável aos pedidos de Renovação de Registros das Entidades: A.B. Escola do Mestre Jesus, APAE e SABS. O registro terá o prazo de 1 ano, na forma emergencial devido as restrições impostas pela pandemia. As referidas renovações foram aprovadas por unanimidade. O Presidente apresentou a proposta de criação de comissão sindicante para análise de processo de sindicância contra Conselheiros Tutelares. Após os esclarecimentos cabíveis, a proposta foi aprovada e representada pelos Conselheiros: Luciano Pizzone, Walkiria Maria do Amaral e Gislaíne de Cassia Oliveira Martins. Passando para outra pauta, o Presidente Alexandre informou que consta no site do CMDCA a relação de Entidades com direito à sensibilização para captação do Imposto de Renda, e pede que enviem por e-mail diretoria@cmdcaararaquara.com.br o pedido de exclusão ou inclusão de entidade, caso queira. Estando aberta a palavra livre, Luciano Pizzone informou a posse de nova diretoria do CONDEF e fez a leitura de uma carta-ofício ao setor privado como incentivo de destinações do IR ao CMDCA. Jorge Lorenzetti popôs ações para o ano de Governo referente à destinação do Imposto de Renda dos governantes. A Conselheira Tutelar Alexandra Zachi solicitou esclarecimentos sobre a contratação de curso aos Conselheiros Tutelares deliberado na reunião anterior, ao qual Alexandre justificou a necessidade de reciclagem, identificada nos contatos que manteve com atores do Sistema de Garantia de Direitos. Sanada as dúvidas e nada mais sendo apresentado, o Presidente Alexandre deu por encerrada a reunião, cuja ata foi redivida por mim, Walkiria Maria do Amaral, 2ª Secretária e assinada pelos participantes.